



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

5

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

CONSELHO CONSULTIVO DO PARNA DE SÃO JOAQUIM

PARQUE NACIONAL DE SÃO JOAQUIM

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e doze, na Casa Paroquial de Bom Jardim da Serra, às quatorze horas e vinte minutos, iniciou-se a sexta reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional de São Joaquim (PARNASJ). O Sr. Michel, presidente do Conselho, apresenta-se e pede uma breve introdução dos presentes. Após as apresentações, o Sr. Michel faz a leitura da ata da última reunião, onde o Sr. Rodolfo pede que lhe seja enviado uma cópia da Ata para seu e-mail, a Sra. Vanessa diz não ter assinado a Ata da última reunião. Onde o Sr. Michel se compromete a enviar a Ata por e-mail para o Sr. Rodolfo e também na próxima reunião trazer todas as atas para verificar se estão todas devidamente assinadas. Comenta aproveitando a leitura ata onde foi mencionada a questão de critérios para compras de propriedades pelo ICMBio, o Sr. Michel comenta que Sr. Pedro fez uma carta que foi enviada ao ICMBio – Brasília para avaliar as questões de compras, critérios das desapropriações, levantando as questões que os critérios econômicos são maiores que ambientais. Nessa carta o Sr. Pedro pede que sejam avaliadas as questões para valorizar propriedades que exista conservação de mata nativa, explica também que trouxe a Sr. Thábata justamente por esse motivo, pois ela é estudante de Mestrado que fará sua proposta de estudo de caso sobre o Parque Nacional de São Joaquim, a princípio será utilizada uma área ainda não indenizada ou em processo inicial para comparar a valoração feita pelo INCRA com uma valoração usando atributos ambientais pra tentar fazer uma proposta, diz também não saber se vai se concretizar, porém se concretizar os proprietários que tem áreas preservadas podem se mobilizar através de associação ou mesmo do próprio Conselho. O Sr. Michel coloca que as áreas são compradas através de desapropriação amigável e não compra e venda como se pensa. O Sr. André fala sobre uma licença da FATMA que possivelmente esta dentro da área do Parque São Joaquim, e que no Regimento Interno do Conselho do Parque Nacional de São Joaquim diz que qualquer atividade licenciada passar pelo conhecimento do conselho inclusive na zona de amortecimento, e o Sr. Michel diz que tudo que será feito novo que não existia na data de criação em mil novecentos e sessenta é um, mesmo que seja a construção de uma casa, açudes, e explica também que obviamente a construção de uma casa não traz um grande impacto, porém não é possível fiscalizar tudo mesmo usando imagens de satélites o que teoricamente poderia facilitar. O Sr. Áureo pergunta sobre os novos parques eólicos de Bom Jardim, como serão tratados. E o Sr. Michel responde que haverá uma compensação e será voltada para criação, e a compensação do parque já existente vai para a criação do parque novo da Serra do Rio do Rastro diz também que será necessário quando for feito o licenciamento na FATMA que o técnico verifique qual Unidade será afetada, devendo informar para as Unidades do ICMBio e se isso não for feito, quando descoberto serão pedidos esclarecimentos para a FATMA. O Sr. Henrique pergunta a respeito de

45 alteração da linha do Parque para aproveitamento energético dizendo ter ouvido que têm
algumas medidas provisórias da presidente alterando linhas de Parque Nacionais para
fazer aproveitamentos energéticos no nordeste. O Sr. Michel diz que ainda tem maiores
informações a respeito fala também que tem muito a ver com política. O Sr. Henrique
levanta a questão do Projeto de Lei e o Sr. Michel diz que o deputado Edinho Bez pediu
50 para levar em pauta no congresso. O Sr. Henrique defende o Projeto de Lei colocando
que hoje a realidade é outra, os entornos mudaram e que em sessenta e um, Bom Jardim
era somente uma vila. O Sr. André informa que a FATMA esta fazendo o levantamento
fundiário na área que será o Parque da Serra do Rio do Rastro, unindo com Reserva do
Aguai e Parna São Joaquim, esta sendo feita a proposta por um traçado que atinja
55 somente terras devolutas. O SR Michel diz que a proposta se houver sobreposição é
tentar um documento de parceria com a FATMA para a administração dessas áreas,
dizendo também que acha que não haverá problemas em uma administração conjunta. O
Sr. Michel pergunta sobre a data da próxima reunião, que se realiza mais ou menos a
cada noventa dias, e fica decidido para dia dezanove de fevereiro em Orleans, as
60 quatorze horas provavelmente na sede da FAMOR. O Sr. Michel fala sobre a lista de e-
mails assunto levantada na reunião passada, onde diz que as únicas pessoas que não são
conselheiros e recebem e-mails são o Sr. Henrique e a Sr.^a Silvia. O Sr. Henrique diz
para que os e-mails sejam repassados para os titulares e os titulares então repassam para
quem achar necessário, O Sr. Michel diz também que ira incluir na lista o e-mail do Sr.
65 Daniel (Coordenador Regional). Quanto aos conselheiros o Sr. Michel fala sobre a
renovação do conselho os que ainda estão participando e os que não compareceram e o
principal problema, e a prefeitura de Urubici que não indicou Conselheiro titular,
colocando também que em janeiro entrará em contato com a nova administração da
Prefeitura de Urubici para que seja indicado um novo titular. O Sr. Áureo diz que o
70 conselheiro de Bom Jardim certamente também será substituído. O Sr. Evandro diz que
mandará uma carta pedindo para ficar de suplente e o Sr. Alcindo como titular. Sobre a
renovação do Conselho o Sr. Michel pede sugestões para escolher os novos
conselheiros, pois da primeira vez foi um pouco individual já que só havia os
funcionários do Parque envolvidos no processo, mas agora com o Conselho formado
75 precisa da participação de todos. O Sr. Sérgio pergunta se mudara só os representantes
ou também as Instituições, e o Sr. Michel explica que tem algumas regras a serem
seguidas, a regra principal é paridade, não se pode ter muitos representantes de
Universidades nem só população dizem que o Conselho do Parque esta muito bem
representado, porém talvez seja necessário aumentar o numero de participantes, diz que
80 no regimento não foi discutido como será feita estas substituições. O Sr. Jaime pergunta
se podem cumprir os dois anos e permanecer por mais dois, o Sr. Michel responde que
sim que tanto a Instituição quanto o representante pode ser colocada mais uma vez, fica
decidido que na próxima reunião será decidido como será o procedimento de escolha
dos novos conselheiros. Em seguida o Sr. Michel passa uma cópia com resumo dos
85 investimentos feitos no Parque, dizendo que uma das obrigações do conselho é saber
onde esta sendo aplicado o dinheiro, em desapropriações foi gasto cerca de três milhões
oitocentos e vinte dois mil e cento e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos, cerca
de trinta por cento da área do parque já está indenizada, até o fim deste ano, com
aquisição de terras, também conseguimos um container, uma viatura nova, folders,
90 lixeiras entre outros. O Sr. Evandro pergunta sobre o valor pago nas propriedades e o Sr.

Michel explica que depende das benfeitorias existentes na propriedade como localização, cercas e principalmente a casa, explica que se o proprietário tiver uma área com plantação de pinus ou eucalipto embora, não compre o reflorestamento, será visto o valor econômico da área. O Sr. Michel comenta sobre o Projeto de Lei feito pela Associação da Santa Bárbara dizendo que para o Parque realmente é importante valorizar a mata nativa e o proprietário que a preservou, porém, o sistema usado ainda não é esse por isso a importância da iniciativa da Associação. O Sr. Áureo diz que terrenos com água, cachoeiras e matas preservadas possuem um valor de mercado maior. O Sr. Pedro diz que em relação desapropriação amigável que esse argumento pode tornar ainda melhor as desapropriações, pois conseguido diagnosticar tudo que o proprietário preservou e agregou e que hoje é muito pouco avaliado dizendo o Estudo de Caso da Thábata é um desafio e que talvez o trabalho dela não resolva todos os problemas, mas talvez de algum direcionamento ou alguma alternativa quem sabe não para esta Unidade, mas para outras futuras, porém já começarão a pensar nas novas formas diferenciadas de valoração, diz também que talvez o aspecto geográfico não pode ser usado como parâmetro, por haver muitas diferenças, mas algumas coisas deviam ser valoradas sempre da mesma forma, a presença de espécies endêmicas, espécies ameaçadas de extinção, formações características. Estão buscando algo bem representativo e bem mensurável até certo ponto, dando como exemplo dez canelas pretas, onde essas dez canelas pretas terão um preço, talvez não exatamente em reais, mas, atribuindo um valor por ela esta lá, e outras possíveis interpretações que precisam ser postas no papel. O Sr. Evandro questiona quem faz as avaliações das propriedades a serem compradas, se essas pessoas conhecem a realidade da região e quais critérios eles usam. E o Sr. Michel explica que são funcionários do ICMBio, e que são até aqui de perto um de Ibirama e outro de Canela, também sempre procura se levar o proprietário junto para a avaliação, sendo assim ele vai mostrar as benfeitorias e colocar os valores de sua propriedade. E que essa avaliação é feita por um engenheiro agrônomo e que existe algumas metodologias, algumas coisas como exemplo áreas com ou sem geadas, tem um valor, é o que precisa ser feita em relação à mata nativa, achar uma metodologia em que quaisquer pessoas no Brasil venham e consigam identificar o número de árvores ameaçadas de extinção, algumas peculiaridades vão existir dependendo da região, por que é uma região turística, diz também que buscam imobiliárias para ter informações sobre valores de terrenos da região, e que o hoje a internet é uma boa referência para saber valores. E também na internet no site do ICMBio, tem os procedimentos explicados de como proceder para dar início a desapropriação. Sr. Rodolfo pergunta a respeito de um reflorestamento que possui em área de amortecimento, como deve fazer para retirada, e que para isso não há grandes problemas, a dificuldade maior é para implantar um reflorestamento ou ampliar. O Sr. Michel diz que é necessário que seja feita uma notificação a Unidade. Passando assim a palavra ao Sr. Daniel Coordenador Regional. O S. Daniel começa agradecendo o convite e contando seu histórico de trabalho como servidor, esta desde o mês de julho como Coordenador Regional, trabalhou por cinco anos na Amazônia e três anos e meio em Brasília, comenta também que tem como meta até o fim do próximo ano conhecer todas as quarenta Unidades de Conservação aqui do sul, diz também que em algumas Unidades há muitos conflitos, como o plantio de transgênicos, que tem no Decreto de dois mil e seis diz que não pode haver plantio de transgênicos no limite de quinhentos

metros da Unidade de Conservação o que traz muitos conflitos entre proprietários e Unidades inclusive uma ação judicial contra o ICMBio. E que a maioria das Unidades enfrenta problemas, como queimadas, índios e proprietários. E aqui no Parque São Joaquim embora que exista dificuldades esta em uma situação privilegiada. O Sr. Daniel explica para que todos tenham uma noção de um todo como funciona a instituição, em todo o Brasil são cerca de trezentas e doze Unidades, com pouco mais de mil e seiscientos servidores e dois mil terceirizados, depois da criação em dois mil e sete, o ICMBio, foi dividido em onze regiões, e a região sul é a nona região, a função da Coordenação é de aproximar as Unidades com Brasília e vice versa, pois é que lá na Sede do ICMBio Brasília que se toma as grandes decisões, diz também que há uma distância muito grande, não exatamente a distância geográfica mas, a de trabalho, pois com tantas Unidades, se ficar algum tempo sem se comunicar corre-se o risco de ficarem esquecidas. Tem também a função de fazer articulação política para que a gestão das Unidades de Conservação ganhe qualidade. Foi feito uma Reunião com a FATMA, no mês de julho, onde houve algumas divergências de entendimento com relação à autorização para licenciamento, porém, teve pontos positivos, tratando de uma possibilidade fazer uma estratégia de reserva legal, lançando um edital, tentando unir os dois órgãos para facilitar, já que a compensação de reserva legal estava sendo feita por biomas e não mais por estados, e na Mata Atlântida onde a demanda por área estava muito grande, e proprietários de outros estados estavam querendo compensar aqui. Fala sobre o concurso que será sancionado este ano com quinhentas vagas para analista ambiental, com nível superior, e que a maioria das vagas será para Amazônia, que é tipo uma prova de fogo, três anos lá. Com uma proposta de uma política de remoção de funcionários, pois, em alguns lugares é um trabalho bem difícil inclusive por localização das Unidades. Comenta que o governo federal não tem recursos para fazer tudo que as Unidades necessitam. Sobre a sobreposição diz que será feito o melhor para a região e conservação do meio ambiente. O Sr. Henrique pede apoio, após quarenta anos e com o Projeto de Lei para que se defina o novo limite, há seis anos para aprovação. O Sr. Daniel pede para o Sr. Michel mandar os dados sobre o Projeto de Lei. Onde o Sr. Michel se compromete a encaminhar. O Sr. Pedro comenta sobre o Plano de Manejo, que um grupo de pesquisadores de várias instituições está propondo um trabalho, e que veio buscar o documento para tentar pleitear junto com o CNPQ, assim que definir o limite é só começar a trabalhar no Plano de Manejo. A Sr. Vanessa de a palavra para falar sobre a sobreposição, onde diz que a FATMA mandou um ofício para a Ministra do Meio Ambiente, buscando informações, dizendo que a resposta foi que era para a FATMA se articular e que nada mais poderia ser feito pois já esta no Congresso. Então pergunta ao Sr. Daniel se realmente é essa a resposta. Onde ele responde que de fato se a própria Ministra disse isso provavelmente ninguém dirá o contrario. O Sr. Daniel se compromete a fazer o possível para ajudar a resolver a situação. Nada mais havendo a tratar, eu, Silvia Maria Martins, funcionaria terceirizada do Parque Nacional de São Joaquim – ICMBio/SC, lavrei a presente ata de reunião, em que participaram as entidades conselheiras e convidados, conforme lista de presença anexa.

Entidade	Nome	Assinatura
----------	------	------------

Representante dos Proprietários e Moradores da Santa Bárbara (com procuração)	Henrique B. Martins	
Instituto Serrano de Conservação da Natureza	Sérgio Sachet Júnior	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urubici	Eraldo R. de Souza	
Udesc	Pedro Volkmer de Castilho	
Pref. de Urubici	Luis Gonzaga Souza	
Representante dos Proprietários e Moradores da Barrinha do Aiurê, Capivaras Alta e Serra Furada	Jaime Kemper	
ICMBio	Michel Omena	
ICMBio	Silvia Maria Martins	
* Outras pessoas presentes à reunião.	Rodolfo Gelati Sommer (Associação Moradores da Encosta Serra) – Thábata Cristina Faxina (Mestrado Engenharia Florestal CAV/UDESC) – Daniel Penteado (Coordenador ICMBio – Florianópolis)	